

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 130 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ LACERDA (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 09:16 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Declaro reaberta a presente Sessão.
Solicito aos Deputados José Lacerda e Eliene que assumam, respectivamente, a 1ª e 2ª Secretarias.
(OS SRS. DEPUTADOS JOSÉ LACERDA E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 1998, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Deputado Riva, Presidente Titular, que assuma a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:21 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Quero registrar com satisfação a presença, em nossas galerias, do Vereador Jair Bernardes, de Porto dos Gaúchos.

Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.
A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem à noite vários Deputados tiveram contato com o Fórum Sindical que se fez presente - através de sua

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 08:00 HORAS.

Direção, sua representação -, aqui na Assembléia e foi pedido uma Audiência Pública para discutir a questão do Ajuste do Orçamento.

Consulto os Srs. Deputados se isso seria possível, porque nós estamos pensando em elaborar a proposta e coletar as assinaturas dos Srs. Deputados como um todo. Eu acho que é de interesse de todos nós discutir mais amplamente com a sociedade, e nada melhor do que o Fórum Sindical como um dos meios.

Então, estarei anunciando que, hoje à noite, nós entregaremos...

Antes, porém, pergunto se os Srs. Deputados gostariam de participar e peço que assinem também esse pedido. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Gostaria de nos posicionar à Deputada Serys Slhessarenko. Essa Audiência Pública tem que ser marcada o mais rápido possível, uma vez que nós temos um prazo muito exíguo para aprovação do Orçamento.

Sobre a mesa, três Requerimentos de autoria do nobre Deputado Lincoln Saggin:

1º) “Com fulcro no Art. 258 e seguintes do Regimento Interno, requeiro a V. Ex^a, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado Requerimento ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1 - Arrecadação mês a mês do ICMS Garantido desde sua implantação até o mês de agosto/98, dos duzentos maiores contribuintes do Estado.

JUSTIFICATIVA

Zelando pelo interesse público e sempre clamando pela transparência dos atos públicos administrativos, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desse Requerimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado LINCOLN SAGGIN - PFL”

2º) “Com fulcro no Art. 258 e seguintes do Regimento Interno, requeiro a V. Ex^a, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado Requerimento ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1 - Cópia do contrato do PENEFE assinado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado;

2 - Plano de aplicação do PENEFE;

3 - Cópia dos contratos assinados entre a Secretaria de Estado de Fazenda e os prestadores de serviços, relacionando: concursos, seminários, encontros e treinamentos na área fazendária;

4 - Relação das diárias pagas com recursos do PENEFE contendo:

a - nome do beneficiário;

b - quantidade de diárias;

c - valor pago;

d - localidade visitada.

JUSTIFICATIVA

Zelando pelo interesse público e sempre clamando pela transparência dos atos públicos administrativos, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desse Requerimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado LINCOLN SAGGIN - PFL”

3º) “Com fulcro no Artigo 258 e seguintes do Regimento Interno, requeiro a V. Ex^a, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado Requerimento ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1 - Relação da receita e despesa mês a mês referente ao período de janeiro a agosto/98, pelo regime de competência, de acordo com a classificação orçamentária.

JUSTIFICATIVA

Zelando pelo interesse público e sempre clamando pela transparência dos atos públicos administrativos, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação desse Requerimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado LINCOLN SAGGIN - PFL”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós gostaríamos de fazer uma pequena retrospectiva tendo em vista a chegada da proposta do ajuste ao Orçamento na noite de ontem, neste Parlamento.

Exatamente em dezembro de 1996, o Governo do Estado lançou o chamado Programa de Reforma do Estado, aliás, programa esse que para os mais atentos não passou despercebido o título, sendo que posteriormente esse programa foi encaminhado para o FMI e para o Banco Mundial. Nós até sabemos que deve ter sido por equívoco, mas se não fosse trágico seria cômico, o título do documento era “Privatização do Estado de Mato Grosso”. Como eu disse, se não fosse trágico seria cômico. A sensação que tínhamos era a de que iam privatizar o Estado de Mato Grosso: “Privatização do Estado de Mato Grosso”. Se a gente brincar, daqui a pouco vão privatizar o povo de Mato Grosso. Não sei como, mas para eles tudo é possível.

Com o lançamento do Programa de Reforma de 1996, que vinha em nome da governabilidade do Estado, em razão de que sem esse programa de reforma a ingovernabilidade do Estado de Mato Grosso estaria instalada. Trazia no seu bojo o quê? Fundamentalmente as privatizações, o fechamento e liquidação de empresas, demissões e outras coisas mais. Essas coisas se concretizaram, infelizmente!

E eu pergunto aos Senhores: por que exatamente dois anos depois, com a mesma justificativa da ingovernabilidade ou para viabilizar a governabilidade, tanto faz, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 08:00 HORAS.

Governo precisa lançar - agora não é mais pacote, mudaram o nome - um tal de ajuste fiscal em função de que se não houver esse ajuste fiscal o Estado estará ingovernável?

Eu pergunto, Senhores: a “Casa” não estava arrumada? Se a “Casa” estava arrumada, a ingovernabilidade é impossível. A “Casa Arrumada” está pronta para ser governada, está arrumada para ser governada. Isso aí nos leva a entender claramente que a “Casa” está bem desarrumada, totalmente desarrumada. E é em nome disso que vem mais esse ajuste, um novo ajuste!

Em 1996, tivemos a reforma que realmente estrangulou o Estado de Mato Grosso, trouxe muito mais dificuldades, acarretou muito mais dificuldades ao Estado de Mato Grosso. Em 1998, mais dificuldades! FHC diz que se faz necessário mais arrocho por determinação do FMI e do Banco Mundial, que, aliás, só hoje será assinado, e, todos nós, brasileiros, desconhecemos. Eu pergunto: quem conhece a proposta de Fernando Henrique Cardoso? Diz que é dele, mas não é dele, é do FMI, do Banco Mundial, eu acredito que nem ele conheça, muito menos nós.

Mas transferindo isso para Mato Grosso, lá vem “seu” Dante de Oliveira, como o fiel escudeiro de Fernando Henrique, como o discípulo mais submisso e subserviente de Fernando Henrique, querendo ser mais real do que o “rei”. Lá vem Dante de Oliveira, em 1998, dizendo da necessidade de novas medidas para não se correr o risco da ingovernabilidade e de mais dificuldades para os trabalhadores. E aí vem uma “cascata” delas! Começando pela não concessão do reajuste salarial e aí vem um feito ímpar, eles conseguem ter - desculpem o termo - a cara limpa, para não dizer outra coisa... Acho que eles tinham que se presentear com uma caixa de óleo de peroba deste tamanho... Porque realmente, o que os nossos governantes estão tendo é essa cara que precisa ser lustrada e preservada com óleo de peroba, para dizer que não teremos reajustes, ao contrário, teremos diminuição salarial, os salários serão reduzidos. Ou alguém aqui tem dúvida? Alguém aqui tem dúvida de que terá seus salários reduzidos? Eu não tenho. Os ativos e inativos terão seus salários reduzidos!

Na proposta do Fernando Henrique a redução será em cascata, na proposta de Dante de Oliveira, pelo menos até onde eu entendi, será linear. E aí a coisa consegue ser pior, portanto: “mais realista que o rei”.

O seu súdito mato-grossense está saindo melhor que a encomenda, Sr. Fernando Henrique!

Não haverá reajuste salarial, não haverá concurso! Aliás, eu quero denunciar aqui nesta tribuna, Srs. Deputados, e os senhores preparem o seu aparelho auditivo para ouvir por aí onde andarem a questão do concurso, pois há uma rebelião no Estado de Mato Grosso contra o que Dante de Oliveira fez com relação ao concurso, uma apropriação indébita, um empréstimo sem juros, sem correção, sem nada! Foi isso que ele fez. Eu estou buscando essa informação e não tenho. Eu sou Deputada e não consigo essa informação, eu imagino se um pobre mortal vai conseguir informação nesse Governo.

Milhares e milhares, quantos inscritos tivemos nesse último concurso! Ele simplesmente adiou o concurso, *sine die*, por seis meses, por um ano, por três anos e certamente por quatro anos, e apropriou-se, tem mais isso, apropriação...

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Isso cabe uma ação na Justiça, pois apropriou-se do dinheiro daqueles que foram fazer as suas inscrições, apesar de que muitos fizeram suas

inscrições amparados - não fazendo o nosso comercial - na Lei de nossa autoria que isenta os desempregados, ou aqueles que ganham até um valor “x”, das taxas de concurso. Como a maioria está desempregada, desesperada, procurando emprego, muitos conseguiram usufruir dessa Lei. Mas muitos, muitos mesmo, pagaram suas inscrições. Eu estou recebendo telefonemas de todo interior e todos nós seremos cobrados por aí afora. É uma questão de apropriação indébita: abre concurso, cobra, recebe dinheiro, não devolve e não faz o concurso!

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado José Lacerda.

O Sr. José Lacerda - Deputada Serys Slhessarenko, sobre a questão do concurso, eu acho que deveria ser orientado a todas as pessoas que fizeram a inscrição que preenchessem um requerimento padrão. Este requerimento padrão deve ser protocolado na Secretaria a que ele seria vinculado possivelmente, após o concurso, ou na Escola do Serviço Público, solicitando a devolução do dinheiro corrigido. E, posteriormente, quando abrir novamente o concurso, eles fariam uma nova inscrição. Eu acho que esse é o caminho.

Agora, sobre a questão do ajuste fiscal, Deputada, eu acredito que a proposta do Governo Federal é uma proposta extremamente complicada, perigosa. Esses recursos internados ao Brasil via FMI, na realidade, os juros são mais altos do que os juros da dívida. Também é complicada a situação da data de vencimento de curto prazo, e isto vai acarretar para o País o que hoje nós já estamos percebendo: fechamento de pequenas, médias, micro e grandes empresas, a capacidade de pagamento se complicando e trazendo um grande custo social em relação ao poder de compra da sociedade brasileira, que também está caindo, independentemente de se ampliar ou não o valor do salário. O poder de compra diminui porque as tarifas públicas sobem. Agora, nós estamos vendo o Brasil aceitando pacificamente a alta do gás, do combustível, que vai chegar até o patamar de 10%. Pacificamente o País está aceitando uma situação como esta! Num País em que a inflação, pelo menos a apresentada, é igual à correção da poupança, de 0,9% a 1,2%, e receber num ato só, num momento só, sem deflação da moeda, sem deflação do custo financeiro, receber num momento só a correção de até 10% no gás e no combustível, isso é intolerável!

Esta correção é socializada! Por que é que a correção do gás e do combustível se socializa em relação a todos os outros produtos? Porque é ela que determina toda a produção e toda a movimentação - transporte, componente químico, componente de transformação industrial -, porque não tem nenhum cidadão, independentemente de ele ter carro ou não, que não gaste com combustível. Na hora em que ele compra uma camisa, aí já teve o uso do combustível, então teve agregado esse valor, esse percentual; quando ele vai produzir a agricultura, tem o uso do combustível.

Então, isso é uma violência, na realidade é uma grande maquiagem que o Governo fez, para não repassar esse preço diretamente, como alta de preços, para outros setores. Ele pegou um ponto essencial, que é exatamente o controlador, inclusive da segurança nacional, que é o consumo de energia.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada, Deputado.

Nós falávamos da questão do concurso...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte, ilustre Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Um instante só, Deputado, deixe-me só concluir essa questão do concurso. Terminar não, porque ela não se esgota.

Eu continuo dizendo que é totalmente absurdo arranjar dinheiro emprestado. Nesse contexto em que estamos, dispor desse dinheiro para fazer a inscrição, ter gastos como as pessoas tiveram - por conta desse concurso - e agora restar a eles essa alternativa que o Deputado José Lacerda sugere... Realmente, eu acredito que é só essa que resta, mas é totalmente absurda!

E eu espero que aqueles que se inscreveram no concurso não se amedrontem, que venham para o enfrentamento com o Governo, eles não têm nada a perder. São pessoas que não estão buscando o emprego através de um favor, de um cargo comissionado, de um cargo de confiança, temporariamente. São pessoas que estão se dispondo a prestar um concurso para entrar no serviço público, para construir carreira. Nem sequer fizeram ainda o concurso. Vão disputar um dia certamente uma vaga, porque esses governos são pontuais, são transitórios e nós esperamos que eles sejam extremamente passageiros, mais passageiros que eles próprios esperam. Pelas próprias manchetes dos jornais de hoje, talvez nós tenhamos surpresas, talvez eles sejam extremamente passageiros.

Esses servidores, esses trabalhadores que estão buscando um lugar para trabalhar, para conseguir o seu sustento com dignidade, têm que se organizar, se mobilizar, vir para o enfrentamento e exigir do Governo uma resposta com o mínimo de coerência, porque é um Governo que na hora da eleição subiu nos palanques e prometeu concursos imediatos para a Educação, dizendo que nós não poderíamos permanecer com sete mil educadores em Mato Grosso sem concurso, numa situação de insegurança absoluta.

Aí, Senhores, esse Governo se elege, e após a eleição cancela aquilo que prometeu no palanque. É um Governo mentiroso! É um Governo enganador! É um Governo que na hora de prometer, para ganhar a eleição, diz uma coisa no palanque e logo após a eleição desdiz tudo isso com fatos concretos. Nós não podemos mais conviver com isso!

E isso só vai terminar no dia em que a população resolver dar um basta e chegar diante desses governantes, diante dos políticos de um modo geral, que enganam e que mentem, e colocá-los para fora! Para fora de qualquer lugar, seja de um Governo de Estado, de uma Prefeitura, de uma Assembléia Legislativa, de uma Câmara de Vereadores! O poder é do povo, ou não é do povo? Quem nos coloca no Poder tem que ter o poder de nos tirar! Chega de sermos enganados! Chega de promessas mentirosas!

Por que foi prometer para os educadores que ia fazer concurso? Por que foi prometer para a Justiça que ia fazer concurso? Por que foi prometer para a Segurança e para a Saúde - a Saúde está aí do jeito que está - o concurso? Mas, as inscrições foram feitas! Está aí do jeito que está a Educação, com mais de sete mil pessoas em situação totalmente irregular. Os que estão irregulares são essas pessoas? Não. É o Governo que está irregular. E ele não vai para a cadeia!

A Segurança, como é que está? Anteontem - desculpem o termo - só na frente do meu nariz, morreu um segurança do Banco Itaú e morreu um taxista no Jardim Itália. Aqui, na minha "barba". Eu vi!

E eu pergunto: Cadê as condições para? Inexistem! Só existiram até o dia quatro de outubro. Depois de quatro de outubro ficou pior. E pior porque está aí. Como vamos resolver o problema da Saúde, da Educação, da Segurança? Vamos começar pela Segurança: academia, formação de trabalhadores; na área da Segurança, não tem mais nem comida lá. Não tem mais! Não existe mais condições de preparo, em tempo integral, daqueles profissionais, porque acabou tudo o que tinha lá. Cortou tudo. Não tem mais nada.

Como se faz Saúde sem os profissionais, ou com os profissionais totalmente sem condições de preparo, inclusive? E o concurso seria a oportunidade de trazer pessoas preparadas para essas funções. Vamos contratar aleatoriamente algumas pessoas para “quebrar algum galho” mais emergencial? É isso que nós queremos? É isso que nós buscamos? Isso para falar no concurso!

Não há reajuste salarial! Eu já disse aqui um feito covarde e infame de diminuição de salários já congelados, há muito tempo. Covarde sim, porque Dante de Oliveira não tem coragem de enfrentar a “Lei Kandir”, que tirou este ano de Mato Grosso duzentos milhões.

E, no próximo ano, Deputado José Lacerda, vai tirar duzentos e vinte milhões! E ele fica dizendo: “Ah, nós temos que dar um jeito”. Mas, que jeito? É o Governo dele que fez isso. É o Governo do Estado dele. Ele foi lá em Brasília apoiar a “Lei Kandir”, quando Fernando Henrique chegou com esta novidade. E, agora, fica dizendo: “O que é que nós fazemos?” Levou duzentos milhões este ano e vai levar duzentos e dezoito, para ser mais precisa, no próximo ano. Para isso ele não tem coragem. O FHC, ele não tem coragem de encarar, porque ele deveria encarar os grandes e poderosos. Ele se acovarda! Agora os pequenos, os trabalhadores, a população de Mato Grosso, a esses ele estrangula. Estrangula, sim!

Eu não vou repetir o discurso do Deputado José Lacerda, mas ele caberia perfeitamente aqui e agora nesse estrangulamento com o aumento de combustível, com o aumento de gás de cozinha, aumento da nossa comida...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte, Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Amador Tut - Deputada, eu até gostaria de fazer um adendo ao discurso do Deputado José Lacerda, porque ele disse aqui 10%, mas para nós mato-grossenses vai chegar a 17%. A média nacional pode até ficar em 10%, mas foi desagregado o sistema de distribuição e nós vamos ter que transportar cada um por sua conta própria.

Mato Grosso - só para vocês terem uma idéia - participa com 12% na produtividade da Nação. Na hora de consumir os derivados de petróleo nós consumimos apenas 2%. Como nós somos um Estado mais central, longe de toda a posição de transporte, nós vamos ser os mais penalizados. Mato Grosso vai sofrer um baque de tamanho incalculável.

Manaus vai ser beneficiada, porque lá tem refinaria; Porto Velho também; o Acre está mais próximo; Goiás já tem oleoduto; e Mato Grosso do Sul tem ferrovia. E nós aqui não temos nada. Nós aqui vamos sofrer um reajuste de 17%. A média será de 10% na Federação. Como nós temos que transportar esse produto da fonte refinadora até os centros consumidores, que são Sinop, Alta Floresta, Cuiabá e todos os lugares de Rondonópolis para cá, já desequilibra o preço. Na realidade, os produtos que nós vamos produzir de Cuiabá para a frente vão ficar totalmente desvalorizados, porque nós vamos ter um aumento de 17% na produção e vamos perder neles um mínimo de 20% para competir no mercado.

Então, o Estado de Mato Grosso está “frito”. Inclusive, esta é uma das mensagens que eu acho que esta Casa - até nós teríamos que elaborar um programa - tem que rever. Nós não podemos ficar aqui nesse centro sem uma participação dessa distribuição do petróleo, porque a nossa diferença com a dos outros é muito grande. E nosso consumo aqui é insignificante, nós não temos consumo exagerado. Se nós estivessemos consumindo aqui

além do que nós produzimos até poderia fazer isso, mas nós participamos da produção do mercado com 12% e no consumo nós participamos com 2%. Então, é insignificante!

Este é o apelo que eu faço. Eu gostaria que o Presidente começasse a pensar. Seria importante nós já fazermos um manifesto sobre esta situação. Muito obrigado.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Deputado Amador Tut, é muito importante sua colocação, mas me preocupa muito as nossas cadeiras azuis totalmente vazias. Nós estamos aqui, para ser mais precisa, em meia dúzia de Deputados, porque o Deputado José Lacerda acabou de sair. Ou esse contexto não preocupa os Srs. Deputados absolutamente, não causa a menor preocupação aos Deputados ou... Isso é mais um problema que vai realmente apertar o pescoço do povo, e a categoria política - não sei como eu chamo - não está preocupada, não está com a menor preocupação com o que está acontecendo aí. Nós estamos em meia dúzia de Deputados, e somos em vinte e quatro! E aí eu pergunto: Mato Grosso, qual é o seu destino? Se você está entregue aos desmandos de governantes de plantão, se os políticos que você elege permitem que tudo se faça com o seu povo e realmente não se sensibilizam com absolutamente nada?

Chegou, ontem, o Ajuste nesta Casa. O Orçamento ajustado está aqui, assustador, aterrador. A discussão está acontecendo. Nós precisamos discutir o ajuste, sim, todos os dias, todas as horas. Nós precisamos alterar. Inclusive, com certeza, profundas alterações terão que ser feitas. Aí surge a expectativa: será que os Srs. Deputados estão dispostos a discutir o assunto e alterar o estado de coisas que vieram neste pacote?

Inclusive, Senhores que nos ouvem, em especial os Srs. Deputados, nós temos um poder. Nós somos o Poder! Nós temos poder, por conseguinte nós podemos alterar o estado de coisa e na justificativa do Sr. Dante de Oliveira ele diz que o ajuste é para preparar o Estado de Mato Grosso para um futuro de desenvolvimento com qualidade de vida. Eu pergunto: Mato Grosso já não estava preparado ou só esteve preparado no discurso dele para se reeleger?

Agora, isso está evidente, a máscara caiu, o “circo” acabou! Dante de Oliveira, o “circo” acabou! E quem fez o papel de palhaço? Eu deixo a pergunta.

Durante a campanha dizia que a “Casa” estava arrumada, agora diz que precisa do ajuste para arrumar a “Casa”, para viabilizar qualidade de vida ao povo mato-grossense. Eu pergunto: que qualidade de vida você viabiliza, acabando com os serviços essenciais: Educação, Saúde, Segurança, Moradia e outros?

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Um momento só, Deputado.

Eu pergunto ainda sobre uma questão extremamente séria, que nós precisamos da resposta imediata. A LOPEB será implantada? Se alguém tem essa informação, por favor, me passe, eu estou buscando.

A LOPEB, que foi aprovada dias atrás, depois de muita luta do Sindicato dos Trabalhadores da Educação para aprovar essa Lei. Eu pergunto: Ela será implantada? Como será implantada? Ela envida mais recursos e eu preciso dessa resposta, não eu, a Deputada Serys, mas nós precisamos, aqueles que trabalham na Educação estão ansiosos por saber.

Para isso, eu conclamo os meios de comunicação, que eu acredito ser aquele a quem eu atribuo a maior importância no processo democrático, porque nós, como Deputados, não estamos conseguindo, eu pelo menos não consigo, e há muito tempo que busco, de forma oral e por escrito, essas informações. A LOPEB será implantada imediatamente? Qual o valor

da folha de pagamento do pessoal do Executivo, hoje? É uma caixa de segredos fortemente fechada! Eu pergunto, qual é o valor? Eu, como Deputada, um dos meus papéis é fiscalizar o Executivo. Sem o mínimo de informação, eu não posso cumprir o meu papel. É um Executivo ditatorial, é um Executivo que não fornece informações, é um Executivo que inviabiliza a população conhecê-lo, para que ele possa se esconder na caixa de segredos que existe...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo a ilustre Deputada que dispõe de três minutos para terminar seu pronunciamento.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Não serão suficientes, com certeza, de jeito nenhum, para tudo o que nós tínhamos que falar aqui, já que eu só falei de alguns itens. Mas como o Orçamento estará em pauta ainda por algum tempo, nós continuaremos essa discussão em outras oportunidades e eu já peço nova inscrição no Grande Expediente e estarei sempre inscrita.

Espero que os Parlamentares desta Casa se façam presentes e contribuam para essa discussão. Nós precisamos discutir, conhecer e mostrar ao Governo que somos um Poder, que não estamos aqui como ele para fazer a política do “sim, senhor” para Fernando Henrique, do “sim, senhor” para o FMI. Nós estamos aqui para defender os interesses de Mato Grosso e do seu povo e não de Dante de Oliveira ou de Fernando Henrique. Ninguém aqui, à exceção do Deputado Roberto Nunes - porque o Governador declarou que votou nele para Deputado -, ninguém aqui se elegeu com voto de Dante de Oliveira. Ninguém! Por conseguinte, se nós temos que defender com dignidade - e eu espero a dignidade deste Poder - alguém, esse alguém é o Estado de Mato Grosso na figura, é obvio, do seu povo, o povo mato-grossense e não de quem prestou favores para este ou aquele, se elegeu ou se reelegeu.

Tem muita gente que diz que deve favores a este ou aquele porque se elegeu. Mas eu não admito e não aceito essa tese, pois nós devemos, sim, todos os favores, tudo, por estarmos aqui, à população de Mato Grosso. E, por conseguinte, o que nós temos que defender são os interesses do povo, que estão sendo violentados totalmente neste abusivo ajuste que Dante de Oliveira traz para o Parlamento. Aliás, trouxe ontem à noite, portanto nós teremos que defender Mato Grosso, sim, sem nos posicionar como nos posicionamos, por maioria, em 1996, à favor daquelas reformas que só trouxeram mais desequilíbrio ao Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico à oradora que o seu tempo se encontra esgotado.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Infelizmente o nosso tempo acabou mas continuaremos na próxima Sessão.

Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Apenas para comunicar à Presidência desta Casa a nossa ausência na Sessão de hoje à noite, porque estaremos recebendo o Título de Benemérito, da Associação Mato-grossense de Pediatria, Título que muito nos honra, e teremos que estar presente exatamente no horário da Sessão.

Então, comunicamos à Presidência a nossa ausência e pedimos que seja feita oficialmente, hoje, à noite. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 08:00 HORAS.

Solicito ao Deputado Benedito Pinto, como 1º Secretário, que proceda à verificação de *quorum*...

O Sr. Benedito Pinto - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, a Questão de Ordem baseia-se nos Artigos 400 a 405 do Regimento Interno do Poder Legislativo e Artigo 40 da Constituição do Estado.

Antes, porém, nós queremos solicitar da Presidência um calendário, a partir de hoje, uma vez que, segundo a nossa Constituição e o nosso Regimento Interno, no dia 15 de dezembro será o término do período - e hoje é dia 02 - temos, portanto, apenas 13 dias para o encerramento.

Então, eu solicito da Presidência que faça um calendário, pois teremos que retomar a votação do Orçamento e faltam apenas duas semanas para a conclusão do período legislativo.

Sr. Presidente, o Artigo 403 da Consolidação do Regimento Interno diz o seguinte: “Nas Comissões o projeto vetado constituirá matéria preferencial.” O Art. 404 diz que “se as Comissões referidas nos parágrafos do Art. 402” - que é o das Comissões Permanentes - “não se pronunciarem no prazo previsto” - que é o prazo de trinta dias - “a Mesa incluirá a proposição vetada na Ordem do Dia, imediatamente”.

“Parágrafo único O Parecer, nessa hipótese, será oferecido oralmente por Relator especial designado pelo Presidente.”

“Art.405 A discussão da matéria far-se-á englobadamente, e a votação, por partes, quando for o caso, cabendo sempre encaminhamento de votação.

Parágrafo único Votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo vetado, e NÃO os favoráveis ao veto.”

Baseados nesses dispositivos constitucionais, apenas ressaltando o que dispõe o Art. 41 da Constituição do Estado de Mato Grosso, que diz: “O Governador do Estado poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa”, eu solicito à Presidência a prioridade na votação do Veto nº 75/97, que foi lido aqui no dia 04/11/97; do Veto nº 49/98, lido no dia 23/06/98; do Veto nº 50/98, lido no dia 30/06/98; do Veto nº 51, lido no dia 11/08/98; do Veto nº 52/98, lido no dia 20/10/98 - no dia 20/11/98 o prazo já se completou; e também o Veto nº 53/98, que foi lido na mesma data. Portanto, todos estão com prazos vencidos.

Eu solicito que a Presidência designe logo os relatores, conforme o Regimento Interno, e que seja, a partir de agora, sobrestadas todas e quaisquer matérias que estão tramitando na Casa até a votação dos vetos citados neste momento.

Essa é a minha Questão de Ordem, com base na Constituição do Estado, ressaltadas aquelas matérias que estiverem em regime especial, por solicitação do Governador.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o pedido do Deputado Benedito Pinto. Porém, queremos informar que os Vetos estão na Pauta para serem votados.

Nós pediríamos aos Deputados presentes que façam um apelo aos ausentes para que possamos iniciar a votação dos Vetos.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à verificação de *quorum*.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Há presentes, em plenário, seis Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Não há *quorum* para deliberação, nem para a manutenção da presente Sessão.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, no horário regimental.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Riva e Rene Barbour; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, José Lacerda, Batico de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Emanuel Pinheiro, Lincoln Saggin e Romoaldo Júnior (LICENÇA MÉDICA), do PFL; Chico Daltro, Novelli, Luiz Emídio, Luiz Soares e Ricarte de Freitas (LICENÇA MÉDICA), do PSDB; Pedro Satélite, do PMDB; Manoel do Presidente (LICENÇA MÉDICA), do PMN; e Zilda, do PDT.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta